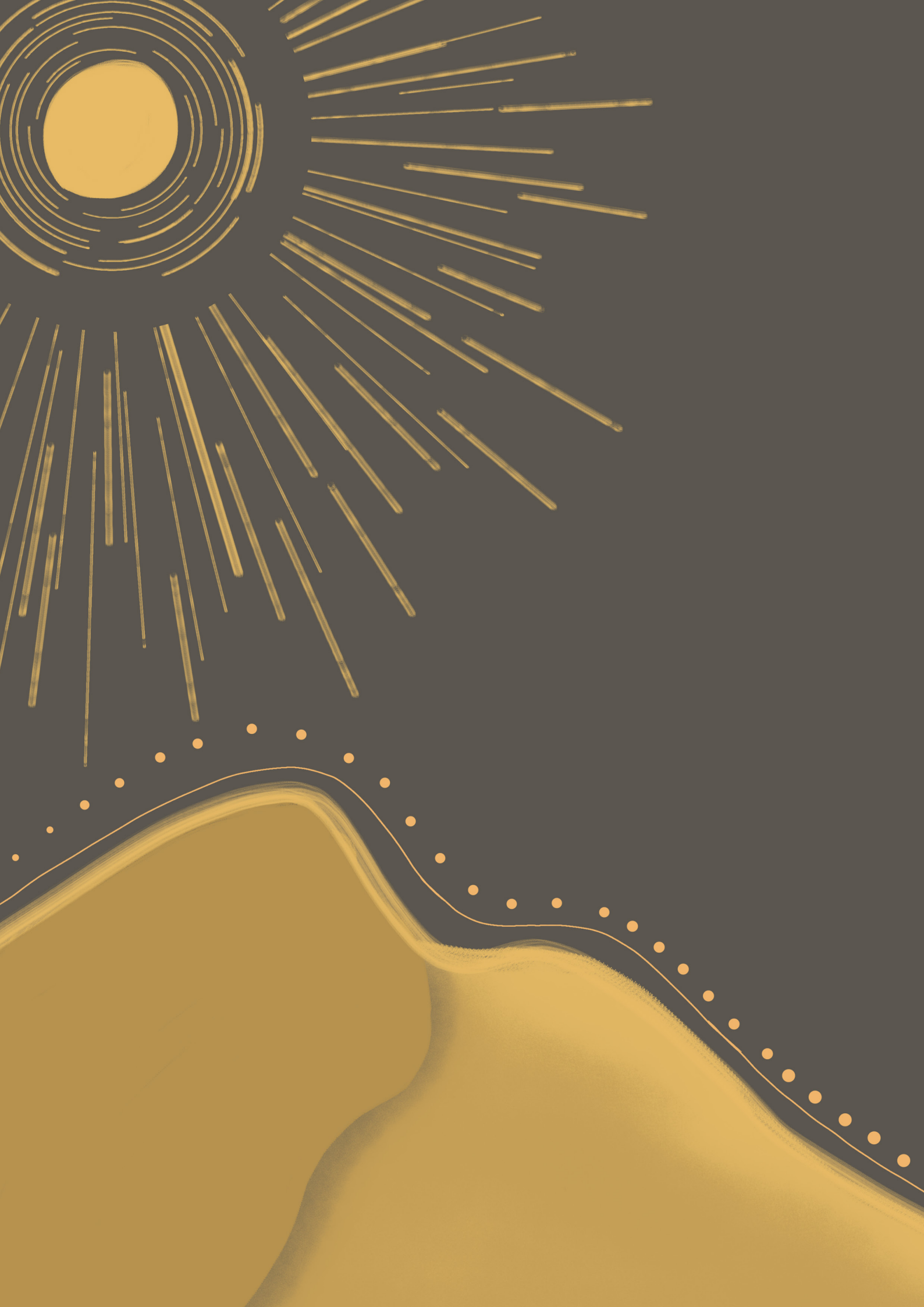


MARIANA EM PAUTA

EDIÇÃO 1





MARIANA
EM
PAUTA
EDIÇÃO 1



Edineia Araújo
Presidente

Henrique Perdigão
Direção Financeira

Fernanda Prete
Coordenação Geral

Janice Miranda
Coordenação de Comunicação

Nathália Rezende
Coordenação do Educativo

Luciana Lamounier
Coordenação Operacional

Sabrina Nunes e Marcos Lopes
Assistentes de Coordenação Educativa

Rochelle Pestana
Museóloga

Júlio Diniz e Wander Torres
Curadores

Renata Carneiro
Produtora Executiva

Fabício Kind e Bárbara Guimarães
Produtores

Lívia Reis e Joselândia Mirtes
Assistentes

Estagiários — UFOP
Mediação

Contabilidade Camello
Contabilidade

Cont Cultural
Consultoria de Projeto



INSTITUTO
CULTURAL
VALE



PREFEITURA DE
MARIANA

Secretaria de Cultura,
Patrimônio Histórico,
Turismo e Lazer

MINISTÉRIO DA
CULTURA



Ficha técnica do e-book:

Preparação – Nathália Rezende e Janice Miranda

Revisão – Janice Miranda, Matheus Duarte e Jade Iasmin

Revisão histórica – Nathália Rezende, Marcos Lopes e Pedro Carosi

Edição de arte, diagramação e capa – Cecília Quadros

Textos:

Reportagem – Ana Laura de Deus (História) e Gabriel Ferreira (Jornalismo)

Artigo de opinião – Gustavo Gomes (Serviço Social) e Thácila Vasconcelos (Jornalismo)

Reportagem – Marcus Borges (Jornalismo) e Joana Musse (Pedagogia)

Editorial – Ludmylla Bortolini (Museologia) e Gabriel Ferreira (Jornalismo)

Entrevista – Cecília Quadros (Jornalismo) e Julia Sartorelli (Letras-Tradução)



31 páginas

Mariana, Minas Gerais. 2024.

10

Presença indígena nas Minas Gerais

Ana Laura de Deus e Gabriel Ferreira

Reportagem

14

A expansão bandeirante e a fundação do Arraial do Carmo: economia, sociedade e resistência

Tháçila Vasconcelos e Gustavo Gomes

Artigo de opinião

18

Casa de Câmara e Cadeia de Mariana: um símbolo da burocracia colonial portuguesa

Marcus Borges e Joana Musse

Reportagem

22

A Igreja no período colonial: uma jornada pela história, simbolismo e poder

Ludmylla Bortolini e Gabriel Ferreira

Editorial

26

Igreja e educação nas Minas do Ouro

Cecília Quadros e Julia Sartorelli

Entrevista

Em 2009, Chimamanda Adichie, em uma palestra na conferência TED Talk, nos alertava sob os perigos de uma história única. Dez anos mais tarde, as marcantes palavras da contadora de histórias e escritora tomou forma de livro.

Me lembro que o primeiro contato que tive com Adichie foi no ano de 2017, em um treinamento, no museu que trabalhava. Ainda nessa época, não era possível ter acesso ao seu discurso por meio das palavras escritas. Para minha surpresa, dois anos mais tarde eu tive um novo encontro com a autora. Dessa vez, por meio da escrita, ela vinha novamente me alertar dos perigos da história única.

A autora falava sobre nossa vulnerabilidade às histórias que nos são contadas. Foi apenas nesse segundo contato que entendi melhor sobre o que ela falava. Já quase no fim da minha graduação, percebi que eu não tinha lido quase texto algum produzido por mulheres e que elas quase nunca apareciam nas narrativas trazidas pelos homens que li. Percebi também que li menos produções de brasileiros do que gostaria e me questioneei: onde estamos nós, mulheres, na história? Onde está o conhecimento que produzimos? Não seremos, nós, suficientemente capazes?

Entendi que quando uma história é contada a nós sob uma única perspectiva, por muitas vezes, dificilmente nos ocorre que qualquer outra forma de constituição histórica é possível. Outro autor que me fez refletir sobre a mesma questão foi Tzvetan Todorov.

Todorov, dentre muitas de suas contribuições, tem um livro que é para mim, particularmente marcante, "A conquista da América: a questão do outro". Para entender o processo de conquista o autor recorre as descobertas que o "eu" faz

em relação ao "outro". Dentre as possibilidades de descoberta, há aquela que os "outros" estão em "si mesmos", mas há também, a identificação do "eu" não pertencente ao "nós". Distinto do grupo social que o "eu" pertence, com costumes não compreendidos, regidos por uma outra cultura, com outros valores, o "outro" deixou de ser reconhecido até mesmo como um "alguém" da mesma espécie.

A partir da identificação do "eu" e o "outro" se definiram papéis na história moderna que nos determinaram posições hierárquicas nítidas ainda nos dias de hoje, onde o homem europeu se posicionou na mais alta posição. Mas, os sujeitos da história são muitos, são esses, de origens sociais diversas, com ideias díspares, vivendo dentro da heterogeneidade do mundo. Conferidos de identidade e conhecimentos próprios, que registram cotidianamente sua marca no tempo. Por vezes, essas marcas são registros visíveis, facilmente acessados pela posteridade. Embora, muitas sejam as marcas invisíveis, apesar de sentidas e vivenciadas no cotidiano social.

Os sujeitos da história tiveram por vezes os seus rostos já esquecidos, ou talvez, não se encontre registro algum a não ser na memória propagada por seus descendentes. O certo é que estamos constantemente fazendo história, mudando os cursos de uma trajetória que há muito tempo foi idealizada, quebrando paradigmas, lançando mão a novos ideais, mesmo que esses tenham um olhar saudosista.

Hoje, mais uma vez me recordei dos ensinamentos de Chimamanda Adichie, revivi sua emoção e reconheci suas alertas. No dia 28 de setembro de 2023, inauguramos o Museu de Mariana e o incomodo em trazer uma história única

da cidade pareceu tocar não apenas a mim, mas muitos de nós.

Dando continuidade a um projeto conjunto que iniciou antes da inauguração do Museu, os contrapontos — que são questionamentos a nossa expografia, trazemos como proposta ir além das perguntas já traçadas.

Uma solução para nossas inquietações veio da ideia de um jovem historiador. Ele propôs que fizéssemos algumas publicações que dialogassem com a narrativa trazida pelo Museu de Mariana — narrativa essa, pautada em uma herança positivista.

Acatamos a ideia! A tornamos real! E, a partir de hoje traremos uma série de publicações sob os mais diversos gêneros e óticas que irão contrapor os eixos temáticos apresentados pelo museu. A cada seis meses refletiremos sobre um novo tema, sendo o primeiro eixo dedicado a ocupação dos portugueses no território que hoje conhecemos como Mariana e qual foi o papel da igreja para essa ocupação.

Nathália Rezende
Coordenadora Pedagógica

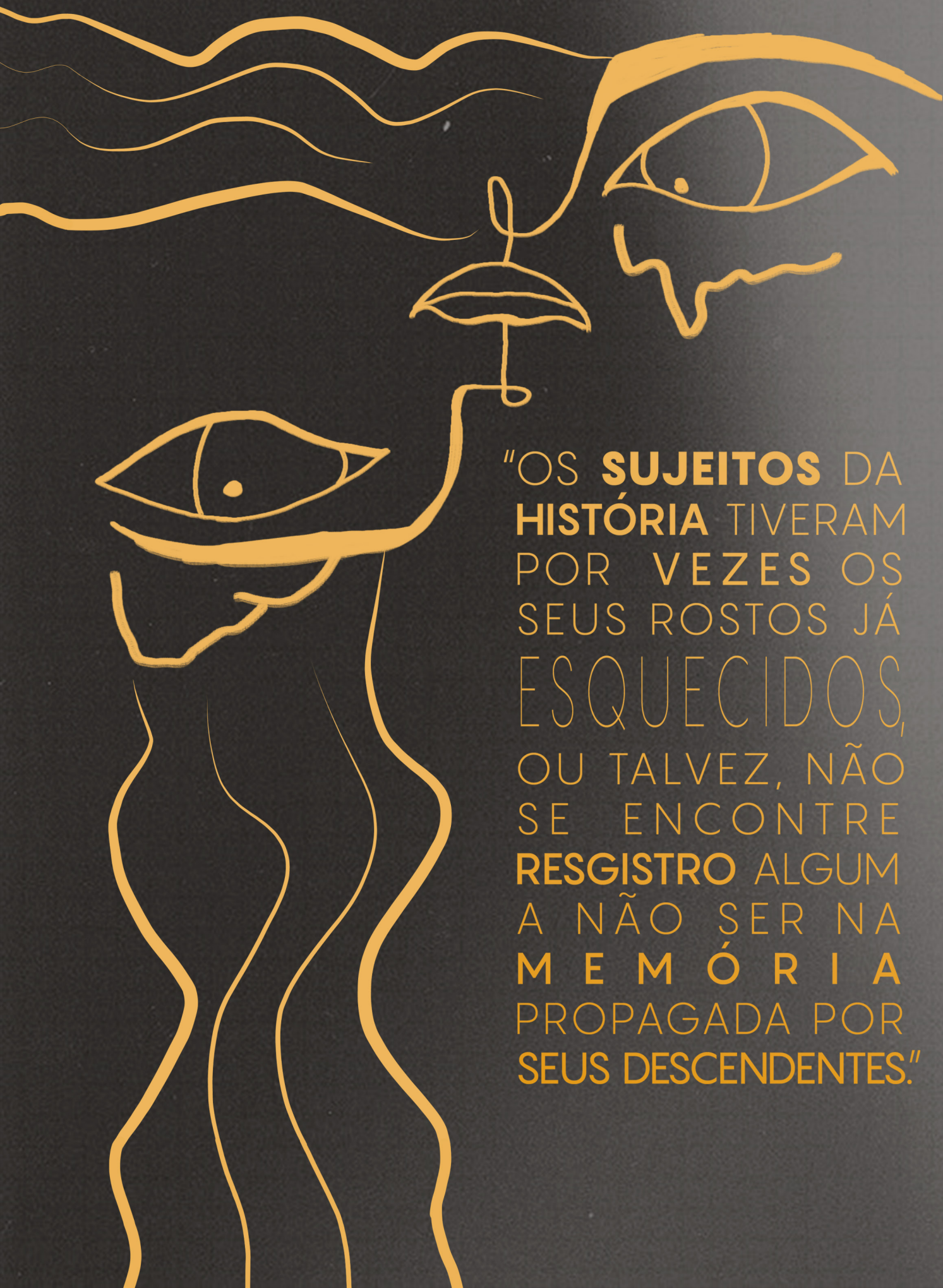
Referências Bibliográficas:

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

TODOROV, Tzvetan; PERRONE-MOISÉS, Beatriz. A conquista da América: a questão do outro. Vol. 2. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

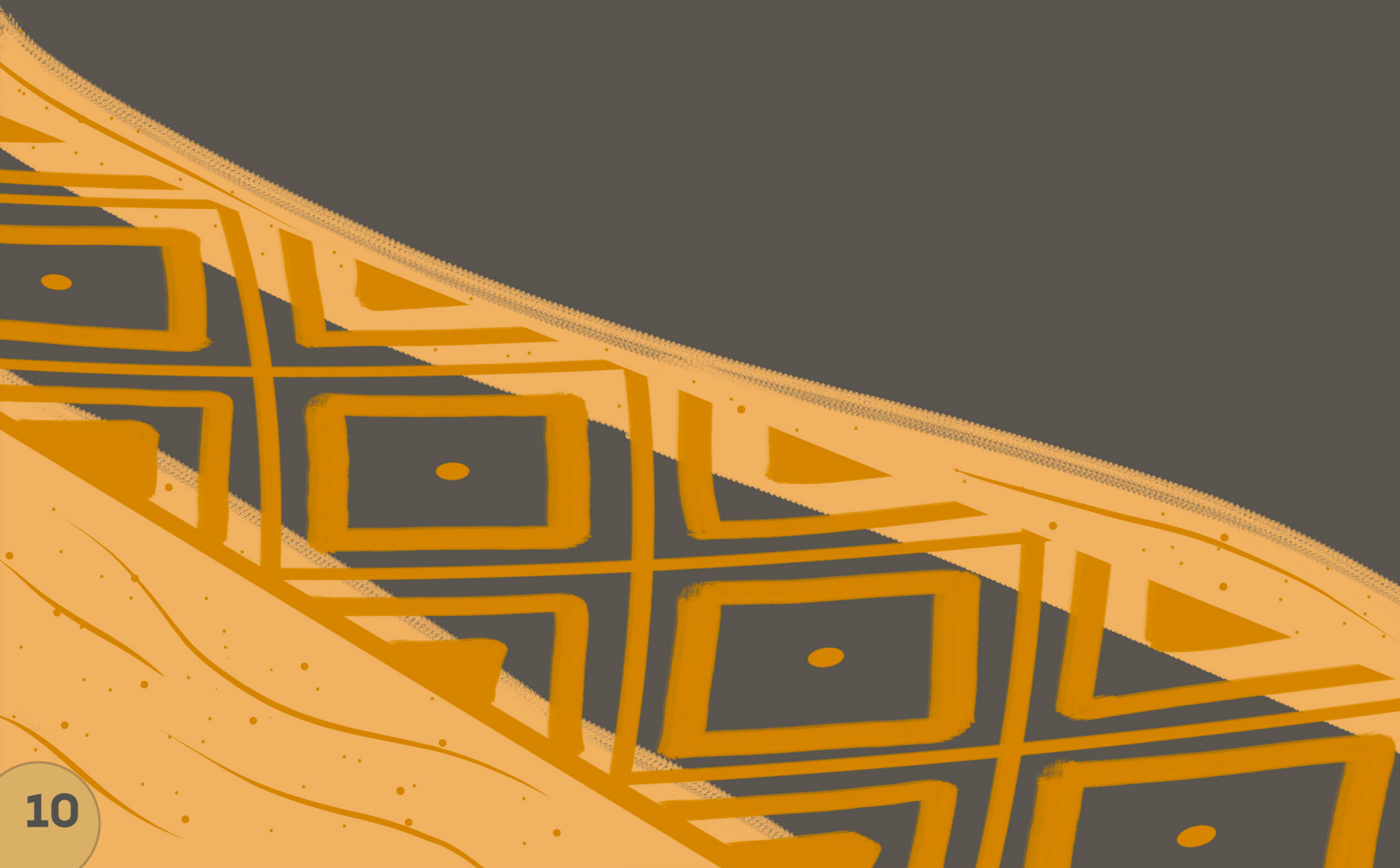




"OS **SUJEITOS** DA **HISTÓRIA** TIVERAM POR VEZES OS SEUS ROSTOS JÁ ESQUECIDOS, OU TALVEZ, NÃO SE ENCONTRE **REGISTRO** ALGUM A NÃO SER NA **MEMÓRIA** PROPAGADA POR SEUS DESCENDENTES."

A PRESENÇA INDÍGENA NAS MINAS GERAIS

Ana Laura de Deus e
Gabriel Ferreira
Reportagem



A *História dos Indígenas no território do Estado de Minas Gerais não se dá a partir do achamento do ouro nas terras mineiras e, ao contrário do que se escreveu sobre os indígenas em Minas, eles não foram exterminados.*

“Atravesso o ano à atravessar esse rio. Sejam dias de dezembro, ou de qualquer outro mês. Atravesso.” – Zezão, o barqueiro do Uatu. Trecho do livro Uatu Hoom

A busca pelo sonhado Eldorado e por indígenas nos sertões das Minas proporcionou o achamento de ouro em abundância em fins do século 17. Os Sertões eram as regiões afastadas da faixa litorânea, repletos de malhas fluviais, riquezas minerais e habitados por indígenas. Os Tapuyas ou Tapuyas-jê foram termos utilizados para designar algumas das populações de indígenas que habitavam parte do extenso território no interior da colônia. Pertencentes ao mesmo tronco linguístico, o Macro-Jê era composto por indígenas que foram considerados pelos colonizadores como “índios-bravos”, “ferozes” e “animalescos”, devido aos conflitos nas expedições de investidas por colonizar as terras e catequizar os indígenas.

Fábio Duarte (2016) apresenta uma perspectiva geral das línguas nativas na região das Minas, com a considerável presença do tronco linguístico Macro Jê. Segundo o mapa apresentado pelo autor, os povos indígenas em Minas Gerais na segunda metade do século 16 ocupavam de maneira expressiva as regiões no entorno das bacias dos rios mineiros. Os rios Doce, Mucuri e São Mateus são exemplos da ocupação e da grande diversidade populacional e linguística, compondo a trajetória dos povos indígenas nessa terra ao longo de suas bacias.

As populações indígenas caiapós, botocudos, puris, coroados, malali, maxacalis e pataxós ocupavam, segundo Maria Leônia Chaves, significativa parte do cenário das Minas até que os colonos avançaram pelo interior e imprimiram uma nova paisagem ao transpor outras fronteiras sob o domínio das populações nativas. Inclui-se a estas acima, as populações denominadas como Aimorés, Tapuias e Borum Krens – entre outras nomenclaturas que por vezes se referem à mesma população a depender de quem as nomeava.

Os Borum/ Kraí foram denominados de Botocudos pelos portugueses por utilizarem ornamentos nos lábios e orelhas, os botoques. É indispensável pensar que houve processos de movimentações territoriais, adaptações e reformulações socioculturais que tornam específicas a cada população indígena seus aspectos. Exemplificando, assim, como cada grupo é único e interessam às perspectivas que não sejam estáticas e generalizantes.

Os Borum, em primeiro momento, foram chamados de Aimorés e, segundo Baeta e Mattos (1994), Guerém foi a designação mais utilizada no século 17 para designá-los. Na segunda metade do século, os Borum e os Kraí, grupos indígenas originários da mesma tradição linguística, mas com divergências políticas, foram genericamente chamados de Botocudos. A memória coletiva é valorizada no estudo de Baeta e Mattos, que analisam pinturas rupestres em espaços sagrados aos Krenak relacionando-os ao seu universo cosmológico. A partir da análise dos sítios arqueológicos situados ao longo das margens do Rio Doce, encontram-se expressivas ocupações dos Krenaks, que manifestam na localidade seu universo cosmológico. Com o processo de colonização, os borum, de

modo geral, sofreram inúmeros impactos, incluindo os povos autodenominados Borum Kren de Ouro Preto e Mariana que vivem atualmente um processo de ressurgência na região.

Baeta e Mattos em seu estudo etno-histórico dialogam ainda sobre a importância da história coletiva frente à história escrita quando analisadas as populações indígenas. De forma simultânea, Simone Athayde (2013) argumenta sobre o conhecimento vivencial dos povos indígenas que distingue-se da ciência ocidental não indígena de várias maneiras, tal como os seus saberes tecnológicos – feitos, em sua maioria, a partir de materiais encontrados na natureza para a produção de objetos de uso rotineiro ou ritualístico. A exemplo de algumas comunidades indígenas em que as matérias primas são dominadas por homens e mulheres na fabricação de objetos a partir dos saberes ancestrais. Isso acontece pois há a transformação de recursos naturais em objetos, utilizando de práticas ensinadas e passadas de forma ancestral.

Ainda que muitos dos conhecimentos manifestados pelos povos originários sejam ancestrais e se divergem das ritualísticas ocidentais, não se deve pensá-los de forma cristalizada ou homogênea.

Em entrevista realizada com Danilo Borum-Krem, foi-lhe perguntado sobre diversos aspectos de suas vivências, lutas e causas pelas quais apoia. Ao ser questionado sobre as experiências quanto ‘povo originário’, que luta e reivindica o resgate das suas origens ancestrais, ele conta que fazer parte do povo dessa terra é ser parte de um povo que está ligado à história dessa região, pertencentes à localidade muito antes da colonização. Mesmo com os vários

processos de apagamento histórico, reafirmar isso significa lutar contra as reminiscências do sistema da colonização, que ainda tenta os colocar como seres invisibilizados. Ele diz que essa luta para mostrar que estão e fazem parte desse território é uma das pautas mais fortes contra “barreiras invisíveis” que perpetuam o apagamento dos povos indígenas.

Trazendo uma reflexão sobre a crescente presença indígena na demografia e política brasileira, ele nos conta que se reafirmar enquanto indígena é justamente lutar contra um processo que tenta invisibilizar os povos originários. Mas que hoje, a população indígena é uma das que mais cresce, tanto em pessoas que se reconhecem, tanto em natalidade, quanto em povos também, que eram considerados extintos e invisíveis.

Quanto à questão do papel das instituições de ensino no processo da construção dos novos saberes científicos e garantia dos seus direitos, ele relata que ocupar espaço dentro das instituições de ensino que, por muitas vezes, os retrataram como seres do passado, é muito importante por ser justamente ali que começam a trazer a mudança e a lutar contra a desinformação. Estar, então, nesses espaços para falar de si mesmo é fundamental na tentativa de mudança de narrativa e pautas.

Em relação a como os saberes indígenas hoje coexistem com o conhecimento da academia, Danilo argumenta que é muito importante apresentar os saberes tradicionais do seu povo. Esses saberes, em sua visão, ajudam a entender como funciona a terra, como são os processos, entender a geografia, o relevo, a fauna e a flora. Todo esse conhecimento vem de muito tempo, de gerações de pessoas que já habitavam e foram experimentando e aprendendo. Trazer essa narra-

tiva como conhecimento científico para dentro da academia é mostrar que não são conhecimentos “atrasados”, pelo contrário, que seus saberes tem potencial e toda uma tecnologia desenvolvida ao longo dos séculos.

“ATRAVESSO
O ANO À
ATRAVESSAR
ESSE RIO.
SEJAM DIAS
DE DEZEMBRO,
OU DE QUALQUER
OUTRO MÊS.
ATRAVESSO.”

Referências Bibliográficas:

ATHAYDE, Simone. Cientistas, engenheiros e artistas: Produções materiais e tecnológicas dos povos indígenas são fruto de uma complexa teia de saberes e significados. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, Ano 8, v. 91, p. 30 - 32, abril de 2013.

BAETA, Alenice Motta; DE MATTOS, Izabel Missagia. Arte rupestre, etno-história e identidade indígena no Vale do Rio Doce-MG. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 303-320, 1994.

DUARTE, Fábio Bonfim. Diversidade linguística no Brasil: a situação das línguas ameríndias. *Caletroscópio*, [S. l.], v. 4, n. Especial, p. 27-62, 2016.

KRENAK, Itamar de Souza Ferreira; ALMEIDA, Maria Inês de. *Uatu Hoom*, Belo Horizonte: Cipó Voador, 2009.

MOREIRA, João Vitor de Freitas; NICÁCIO, Camila Silva. Os Borum do Médio Rio Doce Frente às Formas Jurídicas: A Morte do Watu e o Conflito Cosmológico. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, [S. l.], vol. 9, p. 1-37, 2022.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Minas do Ouro, Minas Indígena*. *Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Ano 47, n. 1, p. 27 — 30, 2011.

RIBEIRO, Núbia Braga. *Os povos indígenas e os sertões das minas do ouro no século XVIII*. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

A EXPANSÃO BANDEIRANTE E A FUNDAÇÃO DO ARRAIAL DO CARMO: ECONOMIA, SOCIEDADE E RESISTÊNCIA

Thácila Vasconcelos e
Gustavo Gomes
Artigo de opinião

A presença dos portugueses no atual território brasileiro esteve concentrada durante determinado tempo no litoral, sobretudo nordestino, com uma economia ainda focada na cana de açúcar, sendo essa a principal rentabilidade econômica na metade do século 16. Após o declínio da produção açucareira, os colonizadores ampliaram a disseminação das bandeiras, expedições essas que tinham como um dos principais objetivos buscar metais preciosos.

O território explorado pelas bandeiras era até então desconhecido pelos brancos, sobretudo por conta das suas matas fechadas, as quais dificultavam o acesso. No entanto, mesmo antes do processo das bandeiras, esse território já fazia parte do imaginário português, conhecido como “O sonho do Eldorado”, pois acreditavam que encontrariam riquezas nas serras e minas de ouro e prata.

Essas terras conhecidas como sertões estavam, em parte, situadas em território pertencente à Coroa Espanhola, conforme previa o tratado de Tordesilhas, entretanto, por resultado da União Ibérica que ocorreu em um contexto onde os dois estados nacionais localizados na península Ibérica foram governados por monarcas de origem espanhola entre 1580 e 1640, a exploração do território, até então litorâneo, teve aval e incentivo da Coroa Ibérica para a expansão a Oeste em terras ainda não exploradas pelos europeus.

As companhias/bandeiras eram formadas para explorar o interior do Brasil e às vezes possibilitava a ascensão econômica de seus líderes. Além disso, é importante ressaltar que as bandeiras foram fundamentais para o início de uma economia baseada na extração de riquezas, sobretudo aurífera. Os ser-

viços prestados pelos exploradores em tais expedições, se bem sucedidas, poderiam ser recompensados pela coroa através de terras, títulos e cargos de ofícios. Porém, nota-se que para a excelência dessas expedições, os bandeirantes se apossaram de vários conhecimentos dos povos nativos daquela terra, como a orientação através dos astros, técnica de caça e pesca e, principalmente, dos conhecimentos de alimentos e medicamentos, dentre outros aspectos.

Além disso, o imaginário dos bandeirantes expostos, por muito tempo, nos livros didáticos maquiavam o que realmente foram essas expedições. Os bandeirantes, quando representados em imagens, estão bem vestidos, com coletes, botas longas, fortemente armados, o que contradiz a realidade relatada pela historiografia atual, onde muitos desses homens nem sequer possuíam sapatos. Relata-se também que muitos não utilizavam com frequência as armas de fogo pois naquele período o manejo era difícil e a maioria das armas enferrujavam.

Para além da realidade das expedições, os bandeirantes também foram utilizados para conformar uma identidade local e nacional, onde eram associados a um grande ato heróico de expandir e consolidar o atual território brasileiro. Porém, essa perspectiva de heroísmo apaga as violências sofridas por diferentes povos indígenas e também a resistência desses contra a invasão de suas terras. O hino do estado de São Paulo, também conhecido como “Hino dos Bandeirantes”, é um exemplo claro do uso dessas figuras históricas para a criação do mito do herói. Esse hino enfatiza a importância do estado paulista para a consolidação do que é hoje o território brasileiro.

Com a expansão das bandeiras nos sertões, principalmente no que hoje co-

nhecemos por Minas Gerais, dentre as localidades onde esses exploradores tiveram êxito em encontrar ouro, está a região da atual cidade de Mariana. Nesse contexto, durante a expedição comandada pelo bandeirante Salvador Furtado na região conhecida como Mina dos Cataguases, foi encontrado pelos colonizadores no dia 16 de julho de 1696, um rio que continha a presença de cobiçadas matérias, daquelas estimadas pelos portugueses, como o ouro. Foi constatado por eles que o rio detinha um grande volume de riquezas, que culminou na permanência dos mesmos no território para explorar a região. Curiosamente, esse fato histórico é representado na expografia do Museu de Mariana, pelo quadro chamado Fundação do Arraial do Carmo (1999), do artista Elyas Lyon, que retrata o processo de chegada dos bandeirantes na região mineira.

Com o desenvolver do assentamento colonial e entendendo a participação da Igreja neste processo, foi levantada a primeira capela do Arraial que foi consagrada pelo capelão da bandeira, dedicada a Nossa Senhora do Carmo, elevada anos depois à categoria de Paróquia, em 1701.

Ressalta-se que as regiões das Minas dos Cataguases ocupadas pelos bandeirantes já eram habitadas por povos nativos da região que eram vistos como "selvagens" pelos colonizadores. Esses povos foram diretamente impactados pelo sistema colonial por várias questões, como a escravização por parte dos colonos, os aldeamentos, as políticas indigenistas, os conflitos sangrentos e a invasão de terras indígenas que marcam a relação dos povos originários e os bandeirantes.

Assim como em outras estruturas sociais no Brasil colônia, as bases econômicas

em Minas foram estruturadas com suor e sangue de povos que já habitavam a região antes da invasão portuguesa. Deve-se ter uma visão crítica acerca da estrutura socioeconômica, sem cometer anacronismos e, assim, entender como funcionava uma sociedade tão complexa, analisando suas questões econômicas e como ela moldou o político-social da época.

Compreendemos, portanto, que o Brasil atual mantém a sua estrutura social moldada por rupturas e continuidades. No nosso dia a dia, ainda percebemos reflexos e resquícios dos tempos coloniais no que se refere a problemas estruturais, como invasão de terras indígenas, fato que acontece desde os setecentos na região das Minas, onde os bandeirantes se apropriaram de terras indígenas para extrair as riquezas da região. Por muito tempo, a questão indígena foi apagada pela historiografia tradicional, sendo muitas vezes resumida à ideia de extermínio dessa população, o que não é verdade, pois apesar de muitos terem sido mortos por bandeirantes no período colonial, eles ainda resistem e buscam o direito por seu território.

"O IMAGINÁRIO DOS
BANDEIRANTES
CONSTRUÍDOS PELOS
LIVROS DIDÁTICOS
MAQUIAM O QUE
REALMENTE FOI ESSAS
EXPEDIÇÕES."

Referências Bibliográficas:

ABUD, Katia Maria. Paulistas, uni-vos!. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Ano 3, nº 34, p. 25-27, Julho de 2008.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. Sertanistas das Minas do Ouro: Senhores de tapanhunos e carijós. Politeia: História e Sociedade. Vitória da Conquista, v.13, n.1, p.21-42, 2013.

BRANDÃO, Michelle Cardoso. Fiéis vassallos de Sua Majestade: descoberta e conquista do Arraial do Ribeirão do Carmo. Temporalidades, v. 1, n. 1, p. 29-54, 2009.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. Do Sertão ao território das Minas e das Gerais: entradas e bandeiras, política territorial e formação espacial no período colonial. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 392. 2013.

KOK, Glória. No mato sem cachorro. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Ano 3, nº 34, p. 22-24, Julho de 2008.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. A propriedade escravista e o pequeno comércio no termo de Vila do Carmo (Minas Gerais, 1720-1723). In: Congresso Brasileiro de História Econômica, 8, 2009. Anais eletrônicos [...]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2009. Disponível em: < <https://www.abphe.org.br/arquivos/moacir-rodriigo-de-castro-maia.pdf>>. Acesso em: 4 jan. 2024.

MONTEIRO, John. Sangue nativo. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Ano 3, nº 34, p. 16-21, Julho de 2008.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. Entradas e bandeiras nas Minas dos Cataguases. Simpósio Temático: Guerras e Alianças na História dos Índios — Perspectivas Interdisciplinares. In: Simpósio Nacional de História, XXIII, 2005, Londrina. Anais..Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <WWW.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos>. Acesso em: 23 fev. 2024.

RESENDE, Maria L. C.; LANGFUR, Hal. Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei. Tempo, n. 23, p. 5-22, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200002>>. Acesso em: 21 jan 2024.

VELOSO, Tercio. A delimitação das terras da Câmara de Vila do Carmo/Mariana: aspectos de dinâmica e materialidade da posse de terras na América Portuguesa (1719 — 1752). Revista de História Regional, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 206 — 223, 2013. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/4657>>. Acesso em: 8 maio. 2024.

VEN NCIO, Renato Pinto. Os últimos Carijós: escravidão indígena em Minas Gerais: 1711-1725. Revista Brasileira de História, [S. l.], v. 17, p. 165-181, 1997.

CASA DE CÂMARA E CADEIA DE MARIANA: UM SÍMBOLO DA BUROCRACIA COLONIAL PORTUGUESA

Marcus Borges e
Joana Musse
Reportagem



Na Praça Minas Gerais em Mariana, ergue-se a imponente Casa de Câmara e Cadeia, uma obra-prima colonial projetada em 1762 por José Pereira dos Santos. Este edifício, símbolo de poder e autoridade, foi crucial na administração, finanças e justiça, tanto para a localidade quanto para a Coroa portuguesa. Ao longo dos séculos, as câmaras municipais passaram por diversas transformações, refletindo mudanças políticas que ressoam até os dias de hoje.

De Arraial do Carmo a Vila do Carmo

O Arraial do Carmo é elevado à categoria de Vila em 1711. As vilas eram unidades administrativas locais que, devido à importância econômica, social e política, contavam com pelourinho e casa de câmara, a fim de exercer maior controle da população. Dessa maneira, auxiliavam a coroa portuguesa e o conselho ultramarino a realizar a administração colonial, desempenhando assim uma função de governo, aplicando as leis locais e gerenciando questões cotidianas.

A sede da Câmara da Vila do Carmo nem sempre esteve localizada onde se encontra nos dias atuais – praça Minas Gerais, em frente à Igreja de São Francisco de Assis. As primeiras notícias de uso do atual prédio são do final do século 18, mais precisamente em 1798.

Sendo sede do governo local, as câmaras desempenharam importante papel político-administrativo. Foram o meio de contato das elites coloniais com a Coroa. Elas se constituíam, sobretudo, pela denominada “nobreza da terra” e/ou seus representantes, estando sob suas atribuições as funções políticas, administrativas, fiscais e jurídicas no que diz respeito à vila e às outras localidades que a ela estavam ligadas, como arraiais e freguesias próximas.

Funções e Autonomia

Em uma complexa relação entre a funcionalidade das Câmaras para a localidade e seu desempenho a favor da metrópole, essas, por muitas vezes, desempenharam um papel de autogoverno, ocasionando certo esvaziamento da autoridade de administradores metropolitanos, favorecendo a autonomia municipal.

Ainda que as Câmaras nem sempre privilegiassem suas atribuições em relação à Coroa, estava sob seu encargo a aplicação das leis e determinações régias, inclusive a cobrança de impostos essenciais para a manutenção do poder régio e do governo central. Para além destas funções, era ainda seu dever: a fiscalização dos oficiais da municipalidade; regulamentação municipal; definição de algumas taxas e cobrança de impostos; administração dos bens e rendas municipais; eleições; cobrança de multas; regulamentação do comércio; fiscalização do abastecimento de gêneros e aferição de pesos e medidas; ; julgamento de crimes, entre outras atividades.

Transformações Políticas e Administrativas

Ao longo do tempo, a autonomia das câmaras municipais alterou-se concomitantemente aos moldes estatais – ora esvaziadas, ora alimentadas. Durante o Primeiro Reinado, apesar do reconhecimento do poder local previsto pela Constituição Imperial de 1824, houve um significativo esvaziamento, tornando-as instrumentos propriamente administrativos, promovendo exclusividade – ao governo central ou de instâncias provinciais – das atividades propriamente governamentais. Após a Proclamação da República, as câmaras foram substituídas pelos Conselhos de Intendência

Municipais – não apenas esvaziadas, mas dissolvidas. Elas retomam sua autonomia por um breve intervalo de tempo após a década de 1930 com a criação de prefeituras, permitindo que suas atribuições tornem-se apenas legislativas. Durante a ditadura militar, a centralização de poder prejudicou a atuação das câmaras, foi apenas com a redemocratização e com a Constituição de 1988, quando o município foi reconhecido como terceiro membro da federação, que as câmaras assumiram uma feição semelhante à contemporânea.

A Câmara Municipal de Mariana Hoje

Pouco mais de 220 anos depois do fim da construção da casa de câmara da Vila do Carmo, o prédio continua sendo a Câmara Municipal da cidade de Mariana, porém, atualmente, com muitas atividades e ocupações distintas daquelas do período colonial.

Em conversa com o Vereador Manoel Douglas (PV), popularmente conhecido como Preto do Cabanas, ele ressaltou que a Câmara Municipal de Mariana possui representantes de várias frentes e classes sociais, tendo diversidade de pautas, auxiliando na discussão de reivindicações das minorias. Comentou ainda que o processo de reforma recente que a câmara passou é importante para trazer acessibilidade, preservando o direito de todos, promovendo inclusão e mantendo a história da cidade de Mariana.

A diferença do acesso de vários grupos sociais na Câmara Municipal de Mariana, conforme apresentado pelo vereador Manoel Douglas, é um dos indicativos de como os processos históricos políticos vividos no Brasil determinaram redirecionamentos na forma como a Câmara é atualmente entendida e o papel

que exerce.

“SÍMBOLO DE PODER E AUTORIDADE, FOI CRUCIAL NA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E JUSTIÇA, TANTO PARA A LOCALIDADE QUANDO PARA A COROA PORTUGUESA.”

Referências Bibliográficas:

ANDRADE, Pablo de Oliveira. A "legítima Representante": câmaras municipais, oligarquias e a institucionalização do Império liberal brasileiro (Mariana, 1822-1836). Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, p. 179. 2012.

CHAVES, Cláudia; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (org.). Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

DIOGO FONSECA BORSOI. 2008. "Por dentro de mapas e planos: práticas cotidianas e dinâmica urbana em Mariana-MG (1740-1800)." Monografia (Bacharelado em história) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana. p. 92. 2008. Disponível em: <<https://lph.ichs.ufop.br/publications/por-dentro-de-mapas-e-planos-pr%C3%A1ticas-cotidianas-e-din%C3%A2mica-urbana-em-mariana-mg>>. Acesso em: 12 março 2024.

A IGREJA NO PERÍODO COLONIAL: UMA JORNADA PELA HISTÓRIA, SIMBOLISMO E PODER

Ludmylla Bortolini e
Gabriel Ferreira
Editorial



A religião, para além do lado da crença e espiritualidade, serve também como um importante agente político de controle e de transformação. Em um país onde 87% da população é cristã, conforme censo do IBGE de 2010, é inegável que a Igreja Católica tenha por si só uma influência extremamente forte e muito presente de modo geral. No entanto, isso não é algo novo em nossa realidade, vindo na verdade desde os tempos de Brasil Colônia.

A região que conhecemos hoje como Minas Gerais, na época do período colonial, era uma terra de ouro e diamantes, mas também de fé e devoção. Nesse contexto, a Igreja e o Estado usaram simbologias, alegorias e rituais para persuadir e doutrinar a população. Essa parceria entre Estado e Igreja, fundamental para o desenvolvimento da colonização no litoral e nos sertões, começou bem antes, nos séculos 15 e 16, com a expansão marítima portuguesa. O movimento tinha como objetivo explorar terras desconhecidas, além de estabelecer rotas comerciais, contando com interesses econômicos, políticos e religiosos.

Pensando a questão religiosa, é importante lembrar como a Igreja Católica teve uma forte e direta influência nesse processo, por estar presente de forma ativa, por meio de representantes, em empreitadas de conquistas portuguesas. No período da expansão marítima, vigorava-se o chamado Padroado Régio que consistia, em termos gerais, no poder e influência do Estado em questões da Igreja. Assuntos estes que diziam respeito à escolha de cargos religiosos, permissão em estabelecimento de ordem religiosa e construção de edifícios sagrados. A Igreja na colônia tornou-se parte integrante da governança civil e eclesiástica. O clero secular estava estreitamente ligado ao Estado, recebendo salários por meio das "folhas eclesiásticas".

Em paralelo a isso, com as bandeiras e a crescente expansão para o interior da chamada América Portuguesa, a Igreja e toda sua influência no contexto social fizeram parte desta empreitada, contudo, o processo recebeu características muito particulares. A influência da Igreja não se dera às mesmas medidas do que a anteriormente vista no litoral colonial.

Por conflitos políticos, a presença de Ordens religiosas, como os Jesuítas, não foi preponderante nas Minas como em outras localidades, sendo as Ordens Terceiras determinantes para a vida religiosa na região. Essas ordens eram compostas por leigos e foram fundamentais também para o assistencialismo, sobretudo na presença das Santa Casa de Misericórdia.

A região mineira atraiu pessoas de todas as partes, levando a um aumento de fluxo da população na região dos sertões em busca do ouro. Isso resultou na criação de novos polos populacionais nas regiões mineradoras, dentre eles, a atual cidade de Mariana, ocupada em 1696 pelos colonizadores e inicialmente batizada em homenagem a Nossa Senhora do Carmo. A localidade logo apresentou sinais de crescimento, o que foi importante para a construção de uma Capela dedicada à santa.

Em 1740, atendendo às necessidades políticas e religiosas, a Igreja desempenhou um papel crucial na região das Minas com a criação da Diocese de Mariana. Essa iniciativa foi resultado da colaboração entre Dom João V, então rei de Portugal, e o Papa Bento XIV. A fundação da diocese conferiu ao clero em Minas Gerais uma autoridade consideravelmente ampliada, tanto no âmbito espiritual quanto administrativo.

A Diocese de Mariana não apenas consolidou a presença eclesiástica na região, mas também representou uma mudança

paradigmática na organização da Igreja local. Ao conceder maior autonomia e controle às instituições eclesiásticas, a diocese se tornou um elemento-chave na configuração da estrutura religiosa em Minas Gerais.

Dom Frei Manoel da Cruz, figura de destaque na história eclesiástica de Mariana, assumiu a posição de primeiro bispo, desempenhando um papel crucial na consolidação e expansão da influência da Igreja na região. Sua liderança foi fundamental para estabelecer as bases da nova diocese, marcando uma fase de transição e crescimento significativo para a Igreja nas Minas Gerais do século 18.

A presença do Bispado representou certa centralidade do poder eclesiástico na região, além disso, também propiciou a construção do Seminário de Mariana, servindo como primeiro centro de estudos superiores de Minas Gerais.

Nesse contexto, a relação entre a Igreja e o Estado poderia ser vista também dentre as celebrações, forte característica nesse período da Igreja na capitania. Os relatos históricos mencionam as grandiosas festividades religiosas que marcaram o calendário e como elas eram não só momentos de adoração, mas também de afirmação do poder. Momentos que eram regidos não apenas pelos princípios religiosos, mas também pelas diretrizes estabelecidas pelos governadores coloniais.

"A IGREJA
E O ESTADO
USARAM
SIMBOLOGIAS,
ALEGORIAS
E RITUAIS
PARA PERSUADIR
E DOUTRINAR A
POPULAÇÃO."

Referências Bibliográficas:

BOSCHI, Caio César. Os leigos e o poder; irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. O Mecenato dos Leigos: cultura artística e religiosa. In: Arte sacra no Brasil colonial. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2011. p.95-111.

MENEZES, Sezinando et al. A companhia de Jesus e sua relação com os enclaves da expansão portuguesa. Revista de Humanidades (Descontinuada), Fortaleza, v. 31, n. 2, p. 314-330, 2016. Disponível em: <<https://ojs.unifor.br/rh/article/view/6023/4978>>. Acesso em 15 jan. 2024.

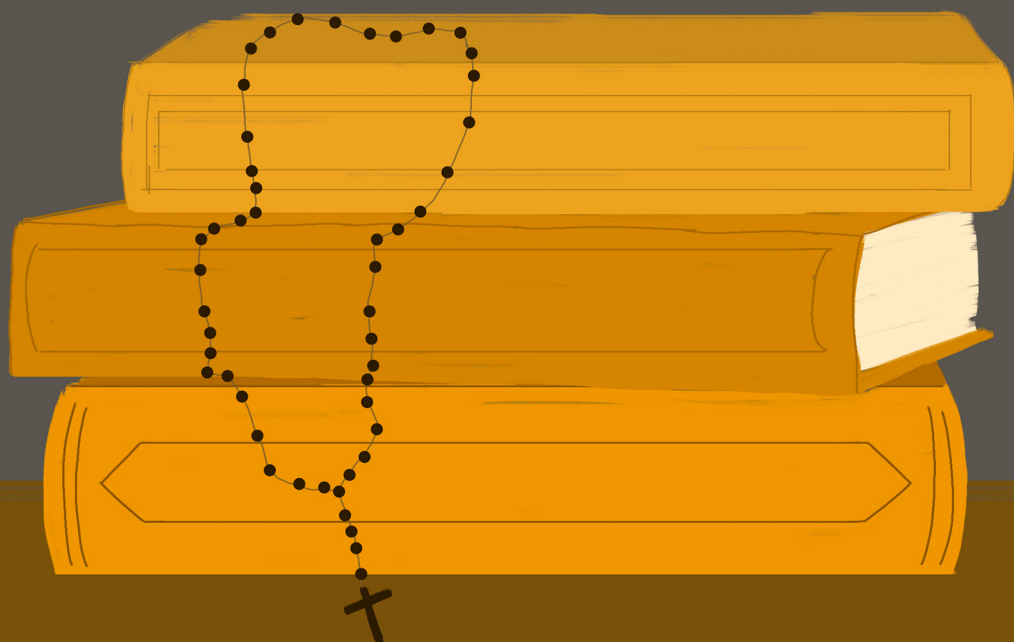
NUNES, Aline Beatriz Borges. A capitania de Minas Gerais entre 1750 e 1777: o clero secular e o regalismo. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências Humanas e Pós-Graduação em História das Instituições, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 83. 2010.

OLIVEIRA, Alcilene Cavalcante. A ação pastoral dos bispos da diocese de Mariana: mudanças e permanências (1748-1793). Dissertação (mestrado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 240. 2001.

VOLPE, Maria Alice. Irmandades e ritual em Minas Gerais durante o Período Colonial: o Triunfo Eucarístico de 1733. Revista Música, São Paulo, v. 8, n. 1-2, p. 6-55, 1997.

IGREJA E EDUCAÇÃO NAS MINAS DO OURO

Cecília Quadros e
Julia Sartorelli
Entrevista com Josinéia Godinho



“POR MAIS QUE A CIDADE SEJA TRADICIONALMENTE CATÓLICA, NÃO É UMA ILHA DE CATOLICISMO.”

Josinéia Godinho, 57 anos, é Bacharel em Órgão pela Faculdade Santa Marcelina e por onde passa está conectada à música. Em Hamburgo, na Alemanha, obteve diploma em “Música Sacra e Órgão” na Escola Superior de Música e Teatro de Hamburgo. Desde 2000 mora em Mariana, onde colabora com a Catedral da Sé sendo organista e administradora de um coro, o que possibilita sua relação com o Seminário de Mariana e o Museu da Música. Josinéia nos conta sobre a ciclicidade da Igreja, os costumes religiosos, a introdução do ensino musical no Seminário da Nossa Senhora da Boa Morte, entre outros detalhes da história do Seminário tanto no contexto colonial quanto atual.

Conversamos com Josinéia no alto da Igreja Nossa Senhora do Carmo, onde ela também ministra aulas de órgão. Para ir ao seu encontro subimos escadas circulares de pedra, onde aos poucos começamos a ouvir a sonoridade do instrumento usado em suas aulas. A encontramos encerrando o treino de uma música natalina com um de seus alunos. Esperamos e logo após fomos convidadas a chegar mais perto do equipamento para que assim nossa conversa seja iniciada.

Como se dava a educação regular e eclesial nas Minas do Ouro antes da criação do Seminário da Boa Morte?

Josinéia: Como o seminário foi criado há 272 anos atrás, provavelmente a educação se dava através de professores particulares. Porque não tinha instituições de ensino, né? E como a Diocese de Mariana foi criada por uma bula de 1745, então até 1745, provavelmente os jovens eram educados nas suas casas com algum professor e os jovens mais ricos iam para Portugal ou ao Rio de Janeiro.

Quais foram as motivações políticas da coroa e da elite local por trás da criação do seminário?

Josinéia: Toda diocese precisa formar padres para empregar. Então assim, a Coroa e a Igreja, nesse período do século XVIII, tinham ligações. Tanto que no primeiro ano ou nos primeiros dois anos da criação do Seminário de Mariana, ele foi dirigido por jesuítas. Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, o seminário teve que trocar de direção. Então há intercepções políticas, mas com a criação da diocese, alguns anos depois é criado um seminário para que você tenha clero da região onde a diocese acontece. Porque não dá pra você importar padres. Então, você tem que educar. Pela tradição histórica, o primeiro filho era herdeiro, o segundo ia para o exército e o terceiro ia pra igreja. Então, digamos que já tinha “um público” para a formação do seminário.

Tinha alguns critérios para admissão dos alunos no seminário? E se sim, como eles contribuíram ou não para o florescimento desse Seminário?

Josinéia: Eu sei, por exemplo, que um dos critérios de admissão nos seminários do Brasil inteiro, até o século XIX, era que não fossem negros, né? Que fossem pes-

soas brancas, inclusive com um certificado de que eram realmente brancos. Mas, o que eu posso dizer é que o seminário teve uma mudança de faixa etária de alunos. E logo no começo, o que aconteceu principalmente na música, que é a minha área, muitos músicos profissionais acabaram entrando pro seminário. Já a partir da metade do século XIX, com a chegada dos padres Lazaristas, aí sim, o seminário se tornou um uma coisa mais estruturada. Praticamente a partir dali, os homens jovens que queriam fazer uma formação vinham para Mariana para ter o ensino das línguas antigas, do latim e depois poder estudar.

Os ex-alunos do seminário enfrentavam alguma consequência direta socialmente após terminar seus estudos?

Josinéia: A formação do seminário é muito longa. E o que acontece é que a Igreja é uma coisa cíclica. Então, enquanto alguém tá aqui se formando para ser padre, alguém que é padre há 40, 50 anos, tá morrendo. O que acontece de fato é que você tem uma depuração. Se você tiver uma classe, digamos, uma turma de 50 pessoas que começou a formação, provavelmente quando chegar na hora da ordenação, esses 50 viraram 30, 25 ou 20. Assim sempre haverá trabalho para essas pessoas, porque você tem a paróquia em si e todos os organismos que a Igreja tem. Mas de qualquer forma, o fato de uma pessoa ter feito o seminário, pelo menos até a criação das outras escolas de ensino científico em Minas Gerais, queria dizer que a pessoa tinha uma formação, uma educação muito boa. Se ele não virasse padre, teria trabalho no serviço público ou como professor. Você vai ter muitos ex-seminaristas que serão políticos e diplomatas. Então, eu acho que o ex-seminarista nunca teve esse tipo de problema.

Quais as mudanças aparentes em relação

ao ensino no período colonial e o momento atual?

Josinéia: Hoje em dia você tem algumas coisas a mais. Por exemplo a filosofia. Os três primeiros anos seriam praticamente filosofia pura, em que eles vão estudar os filósofos todos, desde a antiga Grécia até os filósofos do século XX. Além também do estudo das línguas antigas. Eles têm grego e hebraico, pelo menos rudimentar para você ter um entendimento um pouco melhor dos textos originais da Bíblia. Eles têm também rudimentos de psicologia, para saber basicamente como fazer os aconselhamentos que os padres precisam fazer. Também tem noções de administração, porque o padre precisa administrar a paróquia financeiramente, noções do que é necessário do ponto de vista jurídico, quando você vai ter funcionários e tudo. Provavelmente essas coisas de administração de paróquia e de rudimentos da psicologia, eu creio que no século XVIII não tinha. Até porque essas disciplinas não existiam. Mas de resto, eu acho que sempre tem uma adequação. Então você vai ter uma mudança cíclica de acordo com o que é usado, com o que é feito em cada período.

Como as questões políticas interferiam no cotidiano dos seminários?

Josinéia: O seminário de Mariana teve alguns períodos de fechamento. Daí esse período teve sim algumas influências. Porque esse foi o período em que aconteceu um concílio da Igreja Católica, o Vaticano Segundo. E o Vaticano Segundo veio um pouco na esteira das mudanças sociais da década de 60, dos movimentos estudantis, de aproximar o povo da Igreja, de tirar o latim, para que as pessoas tivessem plena consciência e entendimento do que acontecia na missa. E o que se tem documentado é que nos anos finais do seminário com os Lazaristas, no início

da década de 60, os jovens seminaristas já estavam muito, pela fala dos formadores, contaminados por essas ideias modernistas. De querer mais liberdade, de não querer tanto a disciplina, que é mais rígida no seminário. Eu não tenho grandes noções do que aconteceu na volta, mas eu sei que Mariana teve um movimento mais de direita principalmente na década de 60. Então como você tá dentro de uma estrutura que requer que você se adapte àquilo, não creio que tenha havido movimentos de querer quebrar totalmente as regras, porque isso é uma coisa que, dentro da estrutura, já não funciona.

Você acha que a liberdade religiosa é abordada de alguma forma dentro do seminário nos dias atuais?

Josinéia: Com certeza. Eles têm, não sei se é uma disciplina específica ou se é uma parte de uma disciplina, mas eles têm questões de ecumenismo, de estudar como são as outras religiões. Eu não sei se eles continuam fazendo isso, mas há alguns anos atrás eu lembro que teve um grupo que foi a diversas igrejas de várias confissões na cidade pra ver as celebrações, ver como funcionava. Porque na verdade, eles precisam conhecer. É uma vivência que todo seminarista e depois padre tem que ter porque, por mais que a cidade seja tradicionalmente católica, não é uma ilha de catolicismo. Eles fazem, por exemplo, trabalhos de evangelização, semanas missionárias e tem vários lugares que tem mais igrejas evangélicas e inclusive, há algumas cidades que eles vão que tem bastante presença de religiões africanas. Então tem que entender, né? E tem que saber que seja qual seja o seu ponto de vista, ou o enfoque da sua educação como seminarista, que as outras igrejas estão lá e que você vai ter que conviver, né? A ideia de viver em atrito não é mais possível. Então eles têm clara noção, pelo menos teoricamente, do que as outras re-

ligiões propagam.

Existe algum costume mantido na região dos inconfidentes que remonta ao início do Seminário da Boa Morte? E sim como ele reflete na sociedade atual?

Josinéia: Olha não posso falar que é uma coisa que se mantém no seminário. Mas assim, toda essa piedade, digamos popular, que a gente tem das procissões e tudo, os seminaristas, em parte, reproduzem dentro do seminário também. O que acontece é o seguinte, ao contrário do que era, até sei lá, 50 anos atrás, a formação do seminarista hoje se dá em duas etapas. De segunda a sexta dentro do seminário, eles moram lá e tem suas aulas, todas as suas obrigações e nos finais de semana eles fazem estágio pastoral. Ou seja, todos eles ficam sábado e domingo ajudando numa paróquia. Então não, o seminário não é aquela coisa completamente fechada em que eles nunca saem de lá e só saem pra ser padre. Todos os finais de semana eles têm a vivência de trabalhar numa comunidade, fazer uma homilia, visitar, fazer treinamento de crianças e ajudar no que for necessário. Então assim, o seminário não é uma coisa separada. Ele é uma bolha, digamos, no momento em que eles moram lá. Mas ele não é uma bolha no sentido de que a vida é completamente diferente do que a gente vive. As festas religiosas são as mesmas, eles fazem do mesmo jeito que a maioria das grandes festas. Na verdade, eles acabam indo para paróquias para participar. Ou seja, estão no meio do povo. Então, o que a gente tem de tradição, de Semana Santa, de Natal, de tudo, de presépio, seja do que for, que tem nas igrejas, vai ter lá dentro também. É uma intersecção das duas coisas. Se essas tradições começaram no século XVIII, elas estão aqui até agora modificadas, fora e dentro do seminário.

Havia algum tipo de ensino musical no se-

minário, se sim, qual era a sua relevância?

Josinéia: Então, como eu falei antes, tem. São dois períodos. No começo, as pessoas já eram músicos profissionais e tomavam as ordens, o que era bom porque a Catedral de Mariana já tinha organista, músicos, cantores e regentes antes de 1745. Então, a única coisa que eu encontrei é que eles tinham aulas de canto. E canto não quer dizer treinamento vocal, mas que eles tinham que saber as melodias gregorianas pra cantar missa, porque tudo era cantado e em latim, então eles precisavam saber disso. Não creio que fosse um ensino sistemático. Quando entram os Lazaristas, na década de 60 do século XIX, já se tem uma grade na qual tem no horário de estudo, a aula de música. E daí a coisa vai se desenvolvendo até o seminário chegar a ter vários coros, banda, orquestra e tudo, que foi um período que foi do século XIX até a primeira metade do século XX.

De onde vinham as contribuições financeiras para manter as bandas do seminário em plena atividade, considerando gatos desde a formação musical até a locomoção aos locais das apresentações?

Josinéia: Eu acho que depende um pouco do período também. O seminário é sempre mantido por o que eles chamam de benfeitores, pessoas que fazem doações. Sendo possível, por exemplo, a paróquia que mandar alguém pro seminário também contribui de alguma forma. Eu não tenho notícias que a banda do Seminário tocasse fora do seminário até o século XX. Mas assim, o que acontece hoje em dia, que não tem mais bandas, só tem o coro, quando a gente vai cantar em algum lugar, a pessoa que convidou vai providenciar o transporte. Se a gente vai pra Ouro Preto, Cachoeira do Mato, seja o que for, geralmente as paróquias acabam perdendo o apoio das prefeituras, que disponibilizam ônibus, qualquer coisa assim. Eu

imagino que há sei lá quantos anos, não fosse muito diferente disso. Então o que eu sei, da última revitalização das duas bandas, que a primeira foi na década de 40 do século XX e a outra no final da década de 50, eles recorreram a cartas pedindo doação, livro de ouro para benfeitores e pedidos de contribuição de ex-seminaristas, né? Porque é muito interessante como todo mundo tem esse processo cíclico de você entrar no seminário e depois, ou você cantar num coro ou você tocar na banda. Então, quando uma dessas redes tem necessidade, a primeira coisa que eles procuram são os ex-integrantes, que costumam contribuir.

Considerando que Mariana é a cidade mineira com o maior número de corporações musicais, é possível dizer que esse fato possui alguma relação com a herança deixada pela banda de Santa Cecília e demais orquestras formadas no Seminário?

Josinéia: Muitos padres que tocaram na banda do seminário, depois foram padres de muitas cidades e devem ter incentivado que essas corporações musicais se mantivessem. Na década de 50, 60, a orquestra e a banda do Seminário eram responsáveis pelo mais alto nível de música que a região tinha. Se tem relatos de que as pessoas às vezes vinham de Belo Horizonte para ouvir os concertos. O repertório do Arquivo da Orquestra do Seminário é um arquivo compatível com orquestras normais, eles tocavam músicas de Beethoven, Wagner, todos compositores eruditos. O que eu sei é que muitos padres que chegam em paróquias que não tem coro, por exemplo, sugerem e ajudam na criação de um coro. Banda eu não posso garantir que isso também aconteça dessa forma, mas se o padre tinha vivência musical dentro do seminário, era mais normal que ele fomentasse a atividade musical no lugar que ele fosse.

Referências Bibliográficas:

GODINHO, Josinéia. "Santa Cecília ressurge: considerações preliminares sobre a atividade musical do Seminário de Mariana na primeira metade do século XX. *LaborHistórico*, Mariana, v. 8, n. 1, p. 108-126, 2022.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; CHAMON, Carla Simone. *História da educação em Minas Gerais: da colônia à república: v. 2: Império*. EDUFU, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/29685/1/HistoriaEducaoMinas.pdf>>. Acesso em: 08 mai. 2024.

SELINGARDI, Sérgio Cristóvão. *Educação religiosa, disciplina e poder na terra do ouro; A história do Seminário de Mariana, entre 1750 e 1850*. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, p. 222. 2007.